



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO
DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 36793/2018-SEPLAG,
nos termos do Padrão nº 04/2002.**

Processo SEI nº: 00410-00006993/2018-48

SIGGO nº: 036793

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPLAG/DF), com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**, portador da cédula de identidade RG n.º 047878616, expedida pela IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 905.643.327-04, na qualidade de Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e de outro lado, a empresa **ABRANTES SOLUÇÕES LTDA**, com sede na rua 18, lote 15, loja 07, 1º Andar, Edifício Centrale, Brasília-DF - CEP: 71940-540, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.928.375/0001-16, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **MANOEL ABRANTES NETO** portador da cédula de identidade nº 2.896.692, expedida pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob nº 283.008.586-87, na qualidade de Sócio Administrador, celebram o presente Termo pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG e seus anexos (10417819), que culminou com a edição da Ata de Registro de Preços nº 9004/2018 - SCG/SEPLAG (9008643), demanda da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SEPLAG/SUTIC) especificada no Memorando SEI-GDF n.º 6/2018 - SEPLAG/SUTIC/COMTIC (9009605), da Proposta de Preços (10669985), com fundamento na Lei nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, acolhido no Distrito Federal pelo Decreto nº 25.966/2005, Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Distrital nº 2.340/1999, Decretos Distritais nºs: 26.851/2006, 33.243/2011, 34.458/2013, 36.825/2015, 39.103/2018 e 37.121/2016, bem como as demais normas pertinentes aplicáveis ao objeto, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de testes de softwares e controle de qualidade sobre os produtos desenvolvidos pela fábrica de software, na modalidade de Fábrica de Testes de Software, **item 5**, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência e seus Anexos (10417639), no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico SRP nº 017/2018- SCG/SEPLAG e anexos (10417819), na Ata de Registro de Preços nº 9004/2017 - SCG/SEPLAG (9008643), e na Proposta de Preços (10669985), conforme detalhamento a seguir:

Ata de Registro de Preços nº 9004/2018 - SEPLAG - PE SRP nº 017/2018 - SCG/SEPLAG					
Item da Ata	Quantidade para Aquisição	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
5	8.000	Ponto de Função	FÁBRICA DE TESTE: execução de testes de softwares e controle de qualidade sobre os produtos desenvolvidos pela fábrica de software, na modalidade de Fábrica de Testes de software, conforme demais especificações constantes no Termo de Referência anexo I do Edital	R\$ 119,54	R\$ 956.320,00
TOTAL (R\$)				R\$	956.320,00

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

O CONTRATO será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, em conformidade com o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

5.1 - O valor total global do Contrato é de **R\$ 956.320,00 (novecentos e cinquenta e seis mil trezentos e vinte reais)**, e correrá à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2 - O critério de reajuste de preços, quando couber, será com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme Decreto Distrital nº 37.121 de 16 de fevereiro de 2016, devendo a CONTRATADA para tanto, apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços, com demonstração analítica que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 32.101

II – Programa de Trabalho: 04.126.6203.1471-0029

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39

IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 - O empenho é de **R\$ 398.466,67 (11003318)**, conforme **Nota de Empenho nº 2018NE00838 (11003318)**, emitida em 03/08/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Executor/Comissão Executora do CONTRATO.

7.2 - A CONTRATADA não poderá apresentar Nota Fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste CONTRATO.

7.3 - Ainda para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106/2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal; e

V - Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho.

7.4 - O pagamento será efetuado à CONTRATADA, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, de acordo com as exigências administrativas em vigor.

7.4.1 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

7.5 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.6 - As notas fiscais/faturas deverão ser enviadas à CONTRATANTE, com a devida antecedência que permita o cumprimento dos prazos contratuais, sob pena de acréscimos dos dias de atraso aos respectivos prazos.

7.7 - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

7.8 - A CONTRATANTE não estará sujeito ao pagamento da compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior, se o atraso decorrer do fornecimento irregular dos serviços ou com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas do Contrato.

7.9 - Verificada a existência de irregularidade fiscal ou trabalhista, a CONTRATANTE notificará, por escrito, a CONTRATADA da ocorrência, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento

da notificação, promova a regularização ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

7.9.1 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.9.2 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9.3 - Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.9.4 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.9.5 - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

7.10 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado da CONTRATADA.

7.11 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.12 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12.1 - A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13 - Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

7.14 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767/2011, alterado pelo alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014.

7.15 - O contrato não gera obrigação de pagamento, pois se tratam de serviços sob demanda sem garantia de consumo mínimo. Trata-se de demandas que serão realizadas por meio de Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE caso haja necessidade.

7.16 - O volume total estimado de serviços para a FÁBRICA DE TESTE deste Projeto é de 8.000 (oito mil) pontos de função testados por vigência anual de contrato, não estando o CONTRATANTE obrigado a utilizar o total estimado.

7.17 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.18 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

7.18.1 - A multa será descontada da garantia do respectivo contrato; e

7.18.2 - Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.19 - Serviços não aprovados ou solicitados e não prestados em conformidade com as especificações das ordens de serviço não serão pagos.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura, admitindo-se a sua prorrogação, de acordo com o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – Das garantias

9.1 - Por ocasião da celebração do contrato será exigida da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, equivalente a quantia de **R\$ 47.816,00 (quarenta e sete mil oitocentos e dezesseis reais)**, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e da IN 05/2017-MP, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018, mediante

a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.2 - A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após 90 (noventa) dias do término da vigência contratual, e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (Nota de Empenho) emitida.

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o CONTRATO, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do CONTRATO;

V - A garantia de execução do CONTRATO, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, deve ter validade de 12 (doze) meses, e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, observados ainda os seguintes requisitos:

a) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO;

2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO;

3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

b) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "a", observada a legislação que rege a matéria;

c) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco Regional de Brasília (BRB), na Agência 0100, Conta Corrente nº 800482-8, registrada em nome da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), CNPJ nº 00.394684/0001-53, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

d) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do CONTRATO por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

e) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

f) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

g) A garantia será considerada extinta:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO; e

2. após o término da vigência do CONTRATO, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

h) O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.2.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.2.2 - Após o término da vigência do contrato, podendo ser estendida em caso de ocorrência de sinistro.

9.3 - A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

9.4 - A CONTRATADA se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE, durante a vigência do contrato.

9.5 - A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, na execução do objeto deste contrato.

9.6 - DA GARANTIA DA SOLUÇÃO DE TI:

9.6.1 - Para garantia da OS recebida em definitivo fica estabelecido o período de 120 dias após o encerramento do contrato.

9.6.2 - A garantia da OS compreende a manutenção corretiva sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

9.6.3 - Durante o prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação por telefone, e-mail e/ou sistema de relacionamento disponibilizado;

9.6.4 - No prazo estipulado para a realização da correção, a CONTRATADA deverá executar todas as atividades previstas abaixo, bem como apresentar a CONTRATANTE todas as ações de contingência realizadas:

I - Diagnosticar o problema;

II - Analisar o escopo e criticidade do problema;

III - Identificar as alternativas de solução;

IV - Eliminar o problema detectado e disponibilizar para a CONTRATANTE as correções necessárias sem que estas comprometam qualquer outro sistema ou qualquer funcionalidade do sistema;

V - Documentar as correções implementadas.

VI - A garantia de módulos ou funcionalidade legados se inicia após a primeira abertura de OS para manutenção evolutiva das mesmas.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1 - A CONTRATANTE obriga-se a cumprir fielmente as condições e exigências contidas no Termo de Referência constante no Edital do Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819) e no instrumento em tela, e em especial:

10.1.1 - Permitir acesso dos profissionais da empresa CONTRATADA às instalações onde serão executados os serviços independentemente de permissão prévia, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços necessários;

10.1.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa CONTRATADA com relação à execução dos serviços;

10.1.3 - Quando da realização dos serviços nas instalações da CONTRATANTE, disponibilizar o local, o mobiliário e os equipamentos necessários à execução dos serviços;

10.1.4 - Proporcionar os meios e acessos para que a empresa CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Termo de Referência e deste Contrato, e respectivamente da CONTRATANTE.

10.1.5 - Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, de acordo com as obrigações assumidas no contrato e na sua proposta de preços, por meio dos servidores designados.

10.1.6 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em garantia que sejam executados em desacordo com o Contrato, aplicando as penalidades cabíveis.

10.1.7 - Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida.

10.1.8 - Efetuar o pagamento à empresa CONTRATADA, às vistas das Notas Fiscais e Faturas, devidamente atestadas.

10.2 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação resumida do instrumento do contrato e de seus eventuais termos aditivos, no Diário Oficial do Distrito Federal.

10.3 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, conforme o disposto no §3º, do artigo 27 do Decreto nº 5.450/2005, sem prejuízo das multas previstas no Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819) e no presente instrumento contratual e das demais cominações legais.

10.4 - Indicar o executor interno do Contrato, conforme art. 67 da Lei 8.666/93 e Dec. 16.098/94, art. 13, Inciso II e § 3º.

10.5 - Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer

débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

11.1 - A CONTRATADA deverá apresentar o **ANEXO III – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO** do Termo de Referência (10417819), devidamente preenchido no ato da assinatura do contrato, conforme item 34. DAS CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO do Termo de Referência (10417819).

11.2 - A CONTRATADA deverá apresentar o **ANEXO X– TERMO DE CIÊNCIA E SIGILO** do Termo de Referência (10417819) devidamente preenchido por cada um de seus representantes, no ato da reunião inicial da execução do contrato, antes da emissão da primeira Ordem de Serviço;

11.3 - Qualquer colaborador inserido no projeto pela empresa CONTRATADA deve assinar o **ANEXO X – TERMO DE CIÊNCIA E SIGILO** do Termo de Referência (10417819);

11.4 - A CONTRATADA deve sempre zelar para que o **ANEXO X– TERMO DE CIÊNCIA E SIGILO** do Termo de Referência (10417819), se mantenha atualizado, atentando especialmente nos momentos em que ocorrerem alterações em sua força de trabalho;

11.5 - A empresa CONTRATADA deve cumprir fielmente as condições e exigências contidas no Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819) e neste Contrato;

11.6 - A CONTRATADA deve iniciar a prestação dos serviços em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data da reunião inicial entre as partes, após a assinatura deste Contrato;

11.7 - A CONTRATADA deve manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas e necessárias na exigidas no ato convocatório e respectiva assinatura do Contrato;

11.8 - Para os serviços especificados no **ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA** (10417819), sugere-se a adoção das ferramentas e arquiteturas descritas no **ANEXO IX - RECURSOS DE INFRAESTRUTURA E ARQUITETURAS** do Termo de Referência (10417819);

11.9 - A utilização de ferramentas adicionais não poderá acarretar custos adicionais para a CONTRATANTE;

11.10 - A CONTRATADA sujeitar-se-á às avaliações e penalidades previstas no **ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA** (10417819) do Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819), de acordo com os Indicadores de Níveis de Serviço (**ANEXO XIII - INDICADORES DE NÍVEIS DE SERVIÇO** - 10417819) e em atenção aos termos do Decreto nº 26.851 de 30/05/2011 e legislações relacionadas;

11.11 - Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Distrito Federal ou a terceiros;

11.12 - Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.13 - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

11.14 - Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

11.17 - A CONTRATADA deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

11.18 - A CONTRATADA deverá orientar seus profissionais quanto à necessidade de:

11.18.1 - Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso bem como zelar e proteger os respectivos recursos de processamento de informações;

11.18.2 - Cumprir a política de segurança da CONTRATANTE, sob pena de incorrer nas sanções disciplinares e legais cabíveis;

11.18.3 - Utilizar os Sistemas de Informações e os recursos, a que tem acesso na CONTRATANTE, somente para os fins previstos pelas normas de segurança em vigor;

11.18.4 - Manter o caráter sigiloso da senha de acesso aos recursos e sistemas de informação da

CONTRATANTE;

11.18.5 - Não compartilhar, sob qualquer forma, informações confidenciais com outros que não tenham a devida autorização de acesso, nem realizar qualquer tipo de publicidade dos serviços realizados;

11.18.6 - Responder por todo e qualquer acesso aos recursos de informática e dados da CONTRATANTE, bem como pelos efeitos desses acessos efetivados através do seu código de identificação, ou outro atributo para esse fim utilizado;

11.18.7 - Respeitar a proibição de não usar, inspecionar, copiar ou armazenar programas de computador ou qualquer outro material em violação da lei de direitos autorais;

11.18.8 - Manter os sistemas de controle da CONTRATANTE atualizados permanentemente;

11.19 - A CONTRATADA deve atender as seguintes orientações:

11.19.1 - Exercer controle de assiduidade e da pontualidade de seus profissionais que estiverem prestando os serviços nas dependências da CONTRATANTE;

11.19.2 - Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

11.19.3 - Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas os profissionais afastados por motivos de férias e licenças previstas por lei, e em 72 (setenta e duas) horas em outros casos justificados ou não, de forma a não causar descontinuidade na prestação dos serviços;

11.19.4 - Substituir imediatamente o profissional que seja considerado inapto, devidamente justificado pela CONTRATANTE, para os serviços a serem prestados, seja por incapacidade técnica, atitude inconveniente ou falta de urbanidade ou que venha a transgredir as normas disciplinares ou ao código de ética da CONTRATANTE;

11.19.5 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais, previdenciários e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria;

11.19.6 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando os seus profissionais forem vítimas no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;

11.19.7 - Acatar e obedecer às normas de utilização e segurança das dependências da CONTRATANTE;

11.19.8 - Reportar à CONTRATANTE quaisquer anormalidades, erros e irregularidades observados no desenvolvimento dos serviços contratados, causados por ações dos profissionais contratados, de servidores públicos ou de terceiros;

11.19.9 - Manter os seus profissionais informados quanto às normas disciplinares da CONTRATANTE, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações;

11.19.10 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e/ou ao acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

11.19.11 - Indenizar os prejuízos e reparar os danos causados a CONTRATANTE e a terceiros por seus profissionais na execução do contrato;

11.19.12 - Comunicar por escrito qualquer anormalidade, prestando a CONTRATANTE os esclarecimentos julgados necessários;

11.19.13 - Prestar informações a qualquer tempo sobre fatos relevantes à execução do contrato, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

11.19.14 - Responsabilizar-se pelo cumprimento integral do Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819) e do presente instrumento contratual.

11.20 - A CONTRATADA fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato; e

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.21 - Constitui obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.22 - A CONTRATADA deverá entregar todos os artefatos especificados na OS pela CONTRATANTE, como: Metodologia de Teste, Plano de Teste, Procedimentos de teste, Caso de teste, Cenário de Teste, Resultado dos testes, Scripts de teste, Massa de Teste e/ou Roteiro de Teste.

11.23 - É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a aquisição dos softwares de apoio e de sua infraestrutura necessária para a prestação dos serviços, não havendo nenhuma responsabilidade reversa à CONTRATANTE concernente à titularidade dos direitos de propriedade, inclusive os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre os produtos;

11.23.1 - Quando a CONTRATANTE optar pela atualização ou troca de versão dos softwares por versão superior, a CONTRATADA será previamente informada e deverá adaptar-se à mudança, às suas expensas desde que não repercuta em custos excessivos, em um prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar do comunicado da CONTRATADA;

11.24 - Para realização dos serviços referentes a este item, a CONTRATADA deve dispor no mínimo

dos seguintes profissionais referenciados através do ANEXO II – CAPACITAÇÃO TÉCNICA do Termo de Referência (10417819):

11.24.1 - P7 – Analista de teste: na quantidade de 1 ou mais profissionais, dependendo da intensidade das demandas existentes;

11.25 - A CONTRATADA deverá alocar uma força de trabalho na quantidade necessária para o cumprimento dos serviços dentro dos prazos acordados, e com perfis e formação técnica adequada.

11.26 - DA EQUIPE TÉCNICA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.26.1 - A CONTRATADA se compromete a alocar, em todos os serviços contratados pela CONTRATANTE, profissionais com perfis, experiências e qualificações adequadas à execução dos serviços, atualizados tecnologicamente, mantendo ao longo da vigência do contrato todas as condições exigidas através do **ANEXO II- CAPACITAÇÃO TÉCNICA** e do **ANEXO IX – RECURSOS DE INFRAESTRUTURA E ARQUITETURAS**, ambos do Termo de Referência (10417819).

11.26.2 - A qualificação dos profissionais deverá ser comprovada por meio da apresentação de seus currículos e de capacitações realizadas ao longo da execução do contrato, em reunião inicial antes do ato da emissão da primeira Ordem de Serviço, ou a qualquer momento quando solicitado pela CONTRATANTE.

11.26.3 - A CONTRATADA deverá selecionar, designar e manter profissionais cuja qualificação esteja em conformidade com os tipos de serviços descritos na Ordem de Serviço, observando as metodologias, linguagens, ferramentas, “frameworks”, sistemas operacionais e ambientes tecnológicos.

11.27 - É inexistente qualquer possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos pela empresa CONTRATADA, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados desta e a Administração, nos termos do art. 71, § 1º da Lei nº 8.666/93. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

11.28 - O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação do adjudicatário, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

11.29 - A CONTRATADA deverá quando da assinatura do contrato comprovar a origem dos bens importados oferecidos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

11.30 - Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819) e seus anexos.

11.31 - Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços.

11.32 - DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

11.32.1 - A CONTRATADA deverá comprovar, quando da efetiva prestação dos serviços, que possui para execução do contrato a ser firmado com a CONTRATANTE, um gerente de projetos, com experiência mínima de 5 (cinco) anos, que será responsável pela gestão dos projetos e pelas reuniões de ponto de controle com a equipe da CONTRATANTE. Deverá ser apresentada comprovação mediante certificação PMP ou compatível (certificado ou aprovação nas provas componentes da grade de certificação) ou formação na área, de no mínimo 120 h/a, juntamente com Atestado de Capacidade Técnica, que garanta o efetivo exercício da função de gerente de projetos nessa atividade pelo período mínimo de experiência requerido.

11.32.2 - Para o item 5 o vencedor deverá comprovar, quando da efetiva prestação dos serviços, que possui para execução do contrato a ser firmado com a CONTRATANTE, um profissional qualificado em teste de software, com experiência mínima de 2 anos nesta atividade, que será responsável pela condução e validação dos trabalhos referentes à equipe de testes. Deverá ser apresentada comprovação mediante certificação em CTFL (Certified Tester Foundation Level), juntamente com Atestado de Capacidade Técnica, que garanta o efetivo exercício da função nessa atividade pelo período mínimo de experiência requerido;

11.32.3 - Apresentar o ANEXO III – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO do Termo de Referência (10417819) devidamente preenchido e assinado.

11.32.4 - Comprovar também a contratação de link dedicado de acesso ao Datacenter Corporativo do GDF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme Decreto Distrital nº 37.121 de 16 de fevereiro de 2016, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

12.3 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou

supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/1993;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

13.1 - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.2 - Das Espécies

13.2.1 - Caso a CONTRATADA não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851/2006**, e suas alterações, e nos termos do Edital, no que couber:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 - Da Advertência

13.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a CONTRATADA descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pelo ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4 - Da Multa

13.4.1 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, pelo ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação CONTRATADA;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 13.2.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade CONTRATANTE em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.1.

13.4.8 – A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.4.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5 - Da Suspensão

13.5.1 – A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da CONTRATADA no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), a CONTRATADA permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a CONTRATADA deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a CONTRATADA:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados na contratação, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da contratação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 – São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - o ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.6 – Da Declaração de Inidoneidade

13.6.1- A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2 - A declaração de inidoneidade prevista no item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 – Das Demais Penalidades

13.7.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 - Do Direito de Defesa

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9 - Do Assentamento em Registros

13.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas no edital**, a licitante e/ou CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.11 – Disposições Complementares

13.11.1 - As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE.

13.11.2 - Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dissolução

O CONTRATO poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do CONTRATO, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

15.1 - O CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 - No caso de rescisão motivada nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93, ficam assegurados à Administração, os direitos de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Execução, Acompanhamento e Fiscalização

17.1 - DO LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

17.1.1 - Os serviços deverão ser desenvolvidos nas instalações da CONTRATADA, que deverá providenciar a infraestrutura de hardware, software, conectividade e de pessoal necessária para execução, salvo se a CONTRATANTE disponibilizar estrutura física para a realização dos serviços.

17.1.2 - Quando solicitado pela CONTRATANTE ou quando explicitamente descrito na Ordem de Serviço, os serviços (ou parte deles) deverão ser realizados no ambiente interno da CONTRATANTE, obedecendo ao horário de expediente vigente, as expensas da CONTRATADA.

17.1.3 - Ficará a cargo da CONTRATADA providenciar link dedicado de acesso ao Datacenter do GDF, conforme **item 34** do ANEXO I do Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819), a fim de garantir a confiabilidade e alta disponibilidade nas comunicações.

17.1.4 - Poderá, a cargo da administração e em situações temporárias, ser fornecido acesso VPN à CONTRATADA, porém nenhum descumprimento de prazos poderá utilizar-se como justificativa a indisponibilidade deste serviço.

17.1.5 - Fica estabelecida como dependências da CONTRATANTE a cidade de Brasília-DF, Ed. Anexo do Palácio do Buriti e SAIN, Projeção H, Edifício-Sede CODEPLAN, ou em nova Sede na cidade de Brasília-DF, que venha a ocupar por motivo de mudança.

17.1.6 - A CONTRATANTE disponibilizará local de trabalho e infraestrutura de hardware quando os serviços forem executados em suas dependências.

17.1.7 - Serviços a serem realizados aos sábados, domingos e feriados nas instalações da CONTRATADA não implicarão em nenhuma forma de acréscimo ou majoração nos valores dos serviços, razão pela qual será improcedente a reivindicação de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, bem como, horas-extras ou adicionais noturnos.

17.1.8 - A CONTRATADA obrigará-se a dimensionar pessoal e horário dos trabalhos de acordo com os parâmetros apontados, de modo a alcançar os resultados nos prazos previstos, observada a OS e o disposto no **item 16** do ANEXO I do Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819).

17.1.9 - O deslocamento de prestador de serviço da CONTRATADA para a realização de: levantamento de requisitos, planejamento, revisões, auditorias de qualidade dos produtos/artefatos, reuniões, pontos de controle previstos na MDS, homologação de artefatos dentre outras obrigações não implicarão em nenhuma forma de acréscimo ou majoração nos valores dos serviços, bem como, nenhum tipo de pagamento ou reembolso correspondente a horas-extras ou adicionais noturnos.

17.1.10 - Poderá ser instituído horário extraordinário, a critério da CONTRATANTE, para a prestação dos serviços referentes às manutenções corretivas e para atendimento emergencial, conforme item 16. DOS PRAZOS DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS do ANEXO I do Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819).

17.1.11 - Entende-se por atendimento emergencial aquele destinado à solução de interrupções do processo produtivo, implementações por força de lei ou ajustes de situações que estejam gerando prejuízo ao cliente e que estejam cobertos por vínculo contratual, ou ao encerramento do mesmo, por garantia.

17.2 - DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS DO ITEM 5:

17.2.1 - Os serviços a serem prestados, referentes ao Item 5 – FÁBRICA DE TESTE, serão realizados visando atender as demandas de sistemas de informação existentes e novos na CONTRATANTE;

17.2.2 - A prestação dos serviços dar-se-á de acordo com as necessidades de demandas da CONTRATANTE;

17.2.3 - Toda solicitação à CONTRATADA será apresentada na métrica de pontos de função;

17.2.4 - Para cada Ordem de Serviço emitida, a CONTRATADA deverá construir um planejamento das etapas da prestação dos serviços, o qual deverá ser aprovado pela CONTRATANTE;

17.3 - DAS ORDENS DE SERVIÇOS (OS):

17.3.1 - Todas as etapas estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 –

SCG/SEPLAG (10417819) deverão ser precedidas de **Ordem de Serviço (OS)** conforme descrito no **ANEXO IV – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO** do referido Edital.

17.3.2 - Na Ordem de Serviço deverá constar o prazo, a descrição do serviço, o valor estimado e todas as entregas acordadas.

17.3.3 - Os Termos de Aceite deverão fazer referência à ordem de serviço relacionada.

17.3.4 - Para efeitos de sanções, deverá ser considerado o valor da Ordem de Serviço no mês ou serviço em questão, conforme a infração cometida.

17.3.5 - Poderão ser adotadas Ordens de Serviços em meio digital por meio da utilização do sistema, desde que formalmente acordado entre as partes e após a customização da ferramenta de ocorrências para esse fim.

17.3.6 - As Ordens de Serviço serão consideradas como adendos ao contrato e, por parte da CONTRATANTE, deverão descrever os serviços de forma detalhada, contemplando entre outras informações: a identificação do tipo de serviço, data, descrição da solicitação, classificação e local de execução;

17.3.7 - As ordens de serviços deverão ser registradas na ferramenta de controle de ocorrências, para efeito de controle e mensuração dos prazos e SLA's.

17.4 - DAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS (GARANTIAS):

17.4.1 - Para efeitos desta contratação, entende-se como manutenções corretivas, todas as correções a serem realizadas no sistema decorrentes de erros ou falhas em serviços realizados ou artefatos produzidos pela CONTRATADA.

17.4.2 - Essa correção se aplica a todos os itens de fábrica de software, relativos a toda e qualquer Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

17.4.3 - A CONTRATADA deverá realizar todas as manutenções corretivas na aplicação que se fizerem necessárias, durante todo o período do contrato sem cobrança de valores adicionais, salvo quando houver erro de requisito.

17.4.4 - As manutenções corretivas de funcionalidades já alteradas pela CONTRATADA não geram qualquer ônus à CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato, salvo quando comprovado que se trata de erro não abarcado pela garantia contratual.

17.4.5 - Fica estabelecido como garantia o período de 20% (vinte por cento) do tempo de execução da Ordem de Serviço, somando-se 180 (cento e oitenta) dias a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo. Neste período, a CONTRATADA deverá realizar as correções de defeitos e repasse de conhecimentos, mesmo que encerrada a vigência do contrato.

17.5 - DAS MANUTENÇÕES EVOLUTIVAS:

17.5.1 - Essas manutenções evolutivas são modificações solicitadas pela CONTRATANTE a fim de criar novas funcionalidades ou alterar as já existentes nos sistemas já implantados.

17.5.2 - A CONTRATADA será obrigada a efetivar a customização bem como entregar toda a documentação correlata no padrão acordado com a CONTRATANTE, podendo inclusive utilizar ferramentas de engenharia reversa para documentação de legados.

17.5.3 - O GDF, em parceria com a CONTRATADA, poderá atualizar a tabela de itens não mensuráveis (ANEXO VIII – ITENS NÃO MENSURÁVEIS -) durante a execução do serviço, caso necessário.

17.5.4 - Os quantitativos de serviços de Manutenções Evolutivas previstos neste TR não geram obrigação de pagamento, pois se tratam de serviços sob demanda sem garantia de consumo mínimo. Trata-se de demandas que serão realizadas por meio de Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE caso haja necessidade.

17.6 - DOS PRAZOS DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS:

17.6.1 - Em relação à execução dos serviços de manutenções corretivas (em quaisquer dos níveis), deverão ser obedecidos os prazos máximos previstos a partir da classificação da prioridade, conforme descrito na tabela a seguir:

Prioridade	Prazo para Solução
Baixa	Em até 5 (cinco) dias úteis
Média	Em até 2 (dois) dias úteis
Alta	Em até 4 (quatro) horas úteis

Prazos máximos para atendimento a chamados

17.6.2 - A prioridade para atendimento de um chamado será estabelecida com base nas definições abaixo:

I - Prioridade ALTA: Defeito que impeça a utilização da Solução em ambiente de produção.

II - Prioridade MÉDIA: Defeito que comprometa a utilização do software ou de parte deste, prejudicando a produtividade de uma atividade de negócio da CONTRATANTE de forma claramente observável.

III - Prioridade BAIXA: Defeito do software que não comprometa significativamente uma atividade de negócio da CONTRATANTE.

17.6.3 - Para a contabilização dos prazos em horas úteis, é considerado o horário de atendimento

de 8:00 hs as 19:00 hs em dias úteis, conforme dispõe o Decreto Distrital nº 29.018 de 02 de maio de 2008.

17.6.4 - Para as OS. abertas para um período, o prazo para execução será definido na própria OS.

17.7 - DA METODOLOGIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

17.7.1 - O início da execução de um serviço é realizado por meio da abertura de uma Ordem de Serviço (OS).

17.7.2 - Para o desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas, a CONTRATANTE poderá requerer à CONTRATADA a execução da Fase de Planejamento de demandas com o objetivo de compreender o negócio, as necessidades, os requisitos e a qualidade esperada dos artefatos a serem gerados. As características-chaves do negócio são descritas nos seguintes artefatos:

I - Documento de Visão: documento que descreve as necessidades e expectativas gerais do projeto. Visa à compreensão do negócio, das necessidades, dos requisitos e da qualidade esperada dos artefatos a serem gerados. Os Modelos a serem adotados na execução das Metodologias Ágeis serão entregues na primeira reunião após a assinatura do contrato, podendo a CONTRATADA sugerir modelos para serem aprovados pela CONTRATANTE.

II - Planilha de Contagem Estimada em Pontos de Função;

III - Termo de Recebimento (Provisório e Definitivo);

IV - Outros artefatos que poderão ser especificados na OS.

17.7.3 - A OS de planejamento será aberta com valor correspondente a 2 (dois) pontos de função para fazer jus ao levantamento inicial.

17.7.4 - O prazo estimado para a realização da OS de Planejamento é de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser alterado mediante acordo entre as partes.

17.7.5 - É responsabilidade integral da CONTRATADA a definição da quantidade de profissionais com as competências requeridas, conforme ANEXO II – CAPACITAÇÃO TÉCNICA do Termo de Referência (10417819), para a realização dos trabalhos da OS. Da mesma forma, a CONTRATADA deverá considerar em seus custos operacionais todos os demais insumos necessários para o trabalho, tais como computador, notebook, softwares e mobiliário.

17.7.6 - A metodologia de execução dos serviços será a seguinte:

I - A CONTRATANTE abrirá a OS de Planejamento com informações sobre a demanda a ser realizada e o escopo do serviço;

II - A CONTRATADA deverá realizar a estimativa do prazo de atendimento em até 5 (cinco) dias úteis e informar à CONTRATANTE para ratificação e autorização do início de atendimento da OS;

III - Antes de iniciar o levantamento das informações sobre o backlog do produto, a CONTRATADA realizará uma reunião (*kick-off*) com as partes requisitantes da solução para apresentação e explicação da metodologia de desenvolvimento ágil e a importância da participação ativa das partes interessadas para o sucesso do projeto;

IV - A apresentação terá duração em torno de uma hora e será conduzida pelo Coach ágil. Essa apresentação não acarretará ônus adicional à CONTRATANTE.

17.7.7 - Se porventura a descrição dos serviços solicitados na OS não estiver condizente com os parâmetros de prazo, complexidade e requisitos de produto, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa técnica embasando uma solicitação de revisão dos parâmetros da Ordem de Serviço. Esta justificativa será devidamente avaliada pela CONTRATANTE.

17.7.8 - A CONTRATANTE poderá recusar a proposta de execução em sua totalidade, ou parcialmente, caso tenha o entendimento que a quantidade de esforço necessário para execução do serviço apresentado pela CONTRATADA difere significativamente da avaliação inicial feita por ela própria.

17.7.9 - Ao término da execução de uma Ordem de Serviço, a CONTRATADA encaminhará os resultados alcançados e a sua formalização através do ANEXO V – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇO do Termo de Referência (10417819).

17.7.10 - A CONTRATANTE terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da emissão do Termo de Aceite Provisório, para se manifestar junto a CONTRATADA quanto aos produtos entregues. Caso não o faça, será considerada aprovada a execução dos serviços e a CONTRATADA emitirá a formalização do término da sua execução através da emissão do ANEXO XI – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE SERVIÇO do Termo de Referência (10417819).

17.7.11 - O Prazo constante no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que a CONTRATANTE comunique formalmente à CONTRATADA.

17.7.12 - O fato de se acordar novos prazos para correção das falhas ocorridas, não elimina eventuais penalidades contratuais a serem aplicadas, de acordo com os termos e acordos de níveis de serviços estabelecidos no Edital de Licitação de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG e seus anexos (10417819).

17.7.13 - A CONTRATANTE poderá abrir Ordens de Serviços em paralelo para customização de demandas, devendo ser avaliados os conflitos de escopo para enfileiramento das demandas conflitantes.

17.7.14 - Os horários para atualização do Sistema de Produção deverão ocorrer de forma a minimizar impactos aos usuários e serão estabelecidos em comum acordo entre a CONTRATADA e a

CONTRATANTE.

17.8 - DA FERRAMENTA DE OCORRÊNCIAS

17.8.1 - Essa ferramenta será utilizada para o registro de manutenções no sistema, sejam corretivas ou evolutivas, além de atividades referentes à sustentação do mesmo.

17.8.2 - Em princípio, a ferramenta adotada será o Mantis ou o Ocomon, fornecida pela CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA deverá customizar a ferramenta para medição dos níveis de serviço, conforme detalhado pela CONTRATANTE e conforme os termos do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG e seus anexos (10417819).

17.8.3 - Caso a ferramenta de registro de chamados seja fornecida pela CONTRATADA sem nenhum ônus adicional, a mesma deverá fornecer acesso de administração para ferramenta de gestão de chamados referentes aos serviços de suporte, além de realizar as customizações para geração de relatórios de acordos de níveis de serviço. A CONTRATADA deverá ainda disponibilizar um backup do banco de dados a cada trimestre, ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE. Essa situação se aplica quando a ferramenta fornecida não esteja instalada no ambiente da CONTRATANTE.

17.8.4 - Cabe a CONTRATANTE a escolha de uma das opções acima quanto à ferramenta adotada.

17.9 - DO FLUXO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS:

17.9.1 - As atividades se iniciam por meio de Ordem de Serviço assinada pela Área requisitante, juntamente com a comissão executora do Contrato. As fases da execução são:

I - Abertura da OS (CONTRATANTE);

II - Refinamento da OS (Fábrica de Software);

III - Planejamento do Sprint da OS (Fábrica de Software);

IV - Autorização do planejamento (CONTRATANTE);

V - Execução da Sprint (Fábrica de Software);

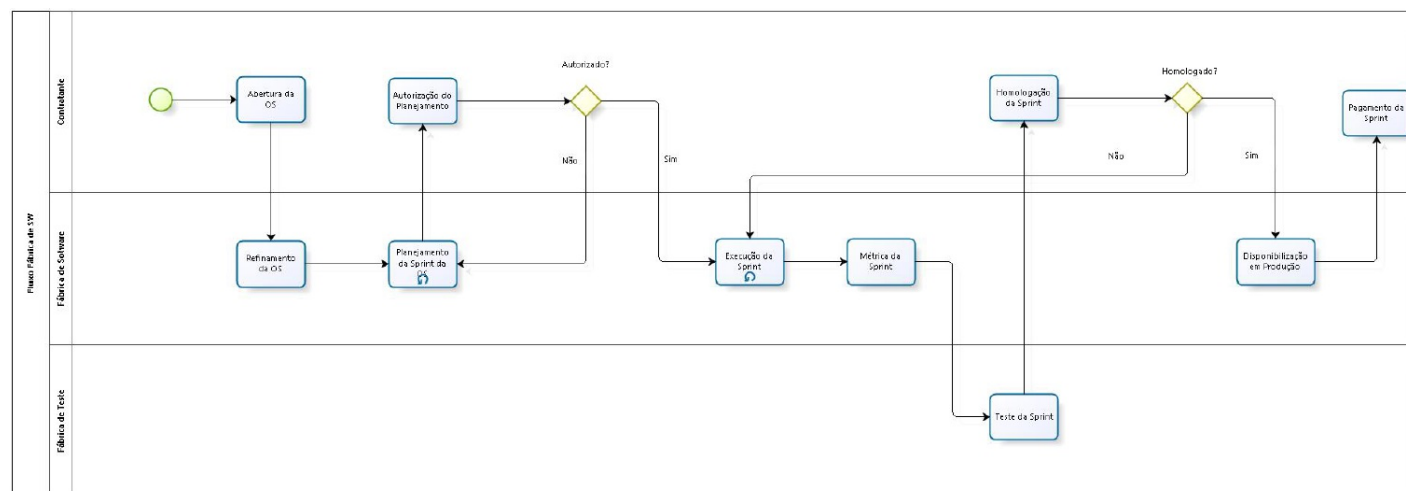
VI - Métrica da Sprint (Fábrica de Software e Fábrica de Teste);

VII - Teste da Sprint (Fábrica de Teste);

VIII - Homologação da Sprint (CONTRATANTE);

IX - Disponibilização em produção (Fábrica de Software);

X - Pagamento da Sprint (CONTRATANTE).



Fluxo de Execução do Serviço de Desenvolvimento/Manutenção de Sistemas

17.9.2 - Abertura de Ordem de Serviço

I - Uma Ordem de Serviço será aberta para cada Sprint da solução de software/módulo a ser desenvolvido ou sustentado.

II - Para as manutenções corretivas ou de garantia não será obrigatório a emissão de OS.

III - Os prazos para recebimento de uma OS será de até 2 (dois) dias úteis.

IV - A equipe técnica da CONTRATADA deve ser em número suficiente para atender 1 (uma) Ordem de Serviço de cada vez por Times/Equipe Scrum. O número de Times/Equipe Scrum necessários poderá ser alterado em comum acordo com a CONTRATANTE.

V - A empresa CONTRATADA deverá registrar (e.g. filmagem, documentação do sistema, gravação de áudio, captura de tela, dentre outros) a reunião de repasse de forma a permitir que todos seus funcionários envolvidos no projeto tenham conhecimento das informações repassadas, bem como mantendo-os no repositório da CONTRATANTE.

VI - As OS's de início de Reunião de Planejamento da Sprint (Sprint Planning) deverão ser assinadas pela área solicitante da demanda.

17.9.3 - Refinamento das Histórias da Ordem de Serviço

I - Anteriormente ao planejamento da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá refinar o Product Backlog, por meio de reuniões com o Product Owner.

II - O refinamento das histórias não deverá se estender por mais de 5 (cinco) horas por dia.

III - O quantitativo de histórias a serem refinadas devem ser, preferencialmente, o suficiente para compor a Ordem de Serviço corrente, levando em consideração o tempo máximo do Sprint.

IV - O período máximo para refinamento das histórias não deve ultrapassar 4 (quatro) dias úteis.

V - A CONTRATADA enviará as histórias refinadas para a CONTRATANTE com antecedência, de forma que a CONTRATANTE tenha prazo de 2 (dois) dias útil para analisá-las antes da reunião de planejamento da Sprint.

17.9.4 - Planejamento da Sprint da Ordem de Serviço

I - O Planejamento da Ordem de Serviço consiste nos seguintes passos a serem concluídos na reunião de planejamento da Sprint: 1) indicação pela CONTRATADA de quantas histórias priorizadas pelo Product Owner (usuários demandante) é possível concluir numa Sprint; 2) escolha pela CONTRATADA de quais histórias são obrigatórias e opcionais; 3) formalização do Planejamento da Sprint, que constará das seguintes informações: duração da Sprint, data de realização da reunião de demonstração (Demo), definição da data de realização da reunião de Retrospectiva.

II - As histórias opcionais da OS não terão obrigatoriedade de entrega, desta forma não serão consideradas penalizações para estes itens, mas serão remunerados se entregues segundo os padrões do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG e seus anexos (10417819). De modo diverso, o não cumprimento das histórias obrigatórias incorrerá em sanções previstas em contrato. O número de histórias opcionais não será superior ao número de obrigatórias.

III - A Sprint terá duração máxima de 10 (dez) dias úteis.

IV - A CONTRATANTE organizará as datas das reuniões buscando adequação ao cronograma planejado e o melhor horário para as partes, incluindo o da área de demandante da solução.

V - A formalização do Planejamento da OS dar-se-á através da assinatura do Planejamento da Ordem de Serviço.

VI - A CONTRATADA pode ser convocada a estimar as histórias do Backlog, utilizando a contagem estimada em pontos de função e/ou story points, a critério da CONTRATANTE, de modo a prever o tamanho das próximas versões do sistema a ser desenvolvido.

17.9.5 - Autorização do planejamento

I - A CONTRATANTE irá avaliar a priorização e as datas sugeridas pela CONTRATADA e assinará a abertura da OS para início da execução das histórias.

II - Os prazos acordados no planejamento serão adotados em cada OS e inclusive para efeitos de sanções de que tratam o Edital de Licitação de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG e seus anexos (10417819).

III - O cancelamento da execução da OS implica no pagamento dos serviços já efetuados de forma proporcional ao valor da OS.

IV - Caso não aprovado o planejamento sugerido pela CONTRATADA, a CONTRATANTE fornecerá novo planejamento a ser seguido.

17.9.6 - Execução da Sprint

I - Após aprovado o planejamento, a CONTRATADA inicia a execução da Sprint.

II - A CONTRATADA iniciará às reuniões de refinamento da OS conforme definições descritas na OS e no planejamento.

III - A apuração de prazo da OS para CONTRATADA não levará em consideração as falhas de cumprimento de agenda por parte da CONTRATANTE, em especial a área de negócio.

IV - Cada entrega contemplará:

a) - Documento de refinamento da história;

b) - Códigos-fontes;

c) - Build;

d) - Dicionário de dados;

V - O documento de arquitetura e o documento de implantação serão entregues apenas na primeira vez, sendo obrigatória sua entrega apenas em caso de alterações.

VI - O código-fonte será armazenado no ambiente da CONTRATANTE em versionador definido entre as partes.

VII - Após a entrega da documentação da Sprint será emitido o termo de recebimento provisório.

VIII - A equipe de desenvolvimento interna da CONTRATANTE poderá, em caráter de exceção, alterar o código do sistema repassado pela CONTRATADA. Essa realidade está relacionada a uma questão de urgência. Nesta situação, a CONTRATANTE deverá garantir que o código entregue não afete outras funcionalidades, podendo a CONTRATADA realizar avaliação sobre o código entregue para fins de garantia futura.

17.9.7 - Métrica da Sprint

I - A Fábrica de Software entregara, juntamente com os artefatos da Sprint, a planilha de contagem detalhada da OS.

II - A planilha de contagem detalhada será repassada para a fábrica de teste para efeito de mensuração da OS e pagamento.

III - Em caso de divergência, será adotada a planilha de menor valor.

IV - As CONTRATADAS poderão apresentar recurso por escrito sobre discordâncias, solicitando avaliação da CONTRATANTE para a contagem mais adequada.

V - Os recursos serão avaliados em até 2 dias úteis por parte da CONTRATANTE.

17.9.8 - Teste da Sprint

I - Após a entrega da OS por parte da Fábrica de Software, a CONTRATANTE submeterá para a Fábrica de Teste para teste do software.

II - Os bugs encontrados deverão ser registrados em ferramenta definida entre CONTRATANTE e Fábrica de Testes, para que sejam os bugs repassados à Fábrica de Software.

III - Serão realizados até três ciclos de teste, para que o sistema possa estar sem erros.

17.9.9 - Homologação da Sprint

I - Após validação por meio da Fábrica de Teste, o sistema será disponibilizado para a área solicitante para testes de homologação do sistema.

II - A CONTRATANTE irá validar a contagem realizada pela Fábrica de Software e Fábrica de Teste.

III - A entrega dos serviços dar-se-á na reunião de demonstração - Demo, e, em caráter de exceção, na reunião de pós-demonstração – Pós-Demo. Nestas duas ocasiões, a solução de software desenvolvida deverá ser demonstrada em ambiente computacional de homologação da CONTRATANTE.

IV - Havendo falhas nas histórias demonstradas na Demo, a empresa terá oportunidade de corrigir os defeitos, em até 2 (dois) dias úteis, e deverá apresentar a correção das falhas apontadas na reunião de Pós-demo.

V - Não havendo falhas, segundo os critérios de aceite apontados pelo Product Owner em qualquer uma dessas reuniões, este emitirá Termo de Recebimento Provisório e fará a homologação técnica e de usuário.

VI - Após a homologação técnica e de usuário, caso o serviço especificado no Planejamento da OS tenha sido realizado conforme os padrões e regras estabelecidos no contrato, o usuário demandante/gestor e o técnico responsável da CONTRATANTE assinarão o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do item 20 DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS do Anexo I do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG e seus anexos (10417819).

VII - Caso os serviços não tenham sido realizados a contento, a CONTRATADA terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para sanar as irregularidades ocorridas em histórias obrigatórias e opcionais, contados a partir da comunicação da irregularidade.

VIII - Se as irregularidades forem sanadas no prazo, o usuário demandante/gestor emitirá o Termo de Recebimento Definitivo. Contudo, as irregularidades não resolvidas em histórias opcionais enseja sua remoção da OS para efeitos de pagamento, sem acarretar penalidades, permitindo emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

IX - O tempo gasto para a homologação da OS pelo CONTRATANTE, desde a emissão do termo de recebimento provisório até a emissão do laudo de avaliação de OS, não será contabilizado para o cálculo do tempo total de execução do serviço pela CONTRATADA, salvo se constatado que a CONTRATADA agiu de má-fé, entregando produto que sabidamente não alcançaria os requisitos do Edital e de abertura da OS.

X - As irregularidades encontradas nas etapas acima serão registradas no Termo de Homologação, podendo ser substituída por registro eletrônico em sistema informatizado.

XI - Será considerada aceita a Ordem de Serviço que receber Termo de Recebimento Definitivo.

XII - As Ordens de Serviço que não receberem Termo de Recebimento Definitivo serão consideradas rejeitadas em definitivo.

XIII - Neste caso, a CONTRATADA não receberá nenhum pagamento referente à Ordem de Serviço e estará sujeita às sanções estabelecidas em contrato.

XIV - O CONTRATANTE emitirá o termo de homologação contendo os motivos para rejeição definitiva da Ordem de Serviço.

17.9.10 - Disponibilização em produção

I - Após a homologação da OS, será acordada a data de disponibilização em produção.

17.9.11 - Pagamento da Sprint

I - O pagamento será realizado conforme regras e prazos estabelecidos no item 30 DO PAGAMENTO do Anexo I do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG e seus anexos (10417819).

17.9.12 - Aferição de Prazo de Execução

I - O cumprimento do prazo de conclusão será aferido pela comparação da data estabelecida na

abertura da OS com a data de última entrega para homologação, descontados os períodos de avaliação do CONTRATANTE.

17.9.13 - Cancelamento da Ordem de Serviço

I - O CONTRATANTE poderá cancelar Ordens de Serviço antes ou durante sua execução.

II - Os serviços acordados e não concluídos, porém, já iniciados pela CONTRATADA, antes do cancelamento da OS, deverão ser pagos na proporção de sua execução, em conformidade com a tabela abaixo.

FASE	PERCENTUAL	DETALHAMENTO
Refinamento da OS (Fábrica de Software)	25%	Fase em que se faz o levantamento das histórias.
Planejamento do Sprint da OS (Fábrica de Software)	10%	Fase em que se faz o planejamento da execução da Sprint.
Execução da Sprint (Fábrica de Software)	40%	Fase de implementação da Sprint.
Métrica da Sprint (Fábrica de Software)	10%	Fase de contagem detalhada da Sprint.
Homologação da Sprint (CONTRATANTE)	10%	Fase de homologação da Sprint por parte do Usuário final.
Disponibilização em produção (Fábrica de Software)	5%	Fase de disponibilização em produção.

Tabela para remuneração parcial de OS - Fábrica de Software

Fase	Percentual	Detalhamento
Planejamento do Sprint da OS (Fábrica de Software)	15%	Fase em que se faz o planejamento da execução da Sprint.
Métrica da Sprint (Fábrica de Software)	10%	Fase de contagem detalhada da Sprint.
Teste da Sprint (Fábrica de Teste)	60%	Fase de teste das Sprint.
Homologação da Sprint (CONTRATANTE)	10%	Fase de homologação da Sprint por parte do Usuário final.
Disponibilização em produção (Fábrica de Software)	5%	Fase de disponibilização em produção.

Tabela para remuneração parcial de OS - Fábrica de Teste

III - O cancelamento da OS somente poderá ser executado por meio de autorização do usuário demandante.

17.9.14 - Ordem de Serviço de Garantia

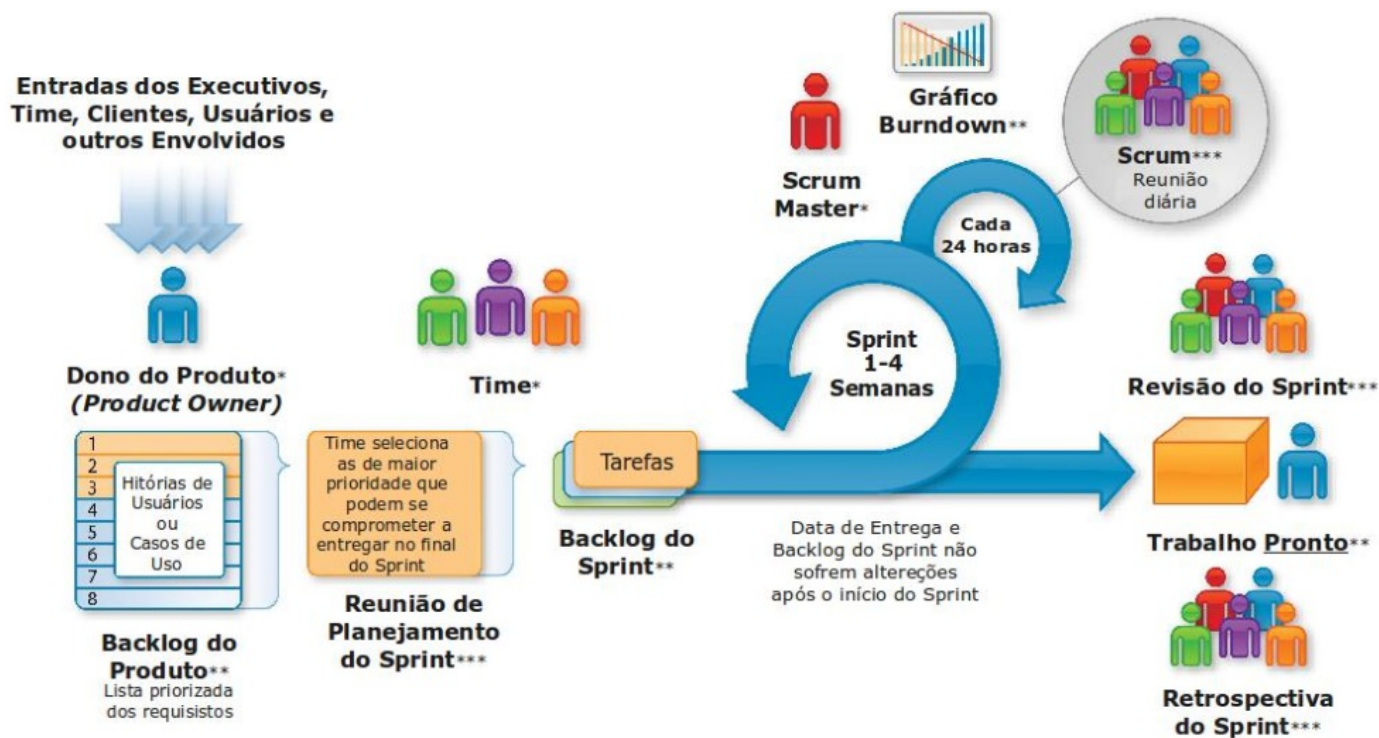
I - Sendo identificadas inconformidades em funcionalidades já entregues que estiverem cobertas pela garantia contratual, a CONTRATANTE abrirá Ordens de Serviço de Garantia contendo evidências dos problemas encontrados.

II - Os problemas encontrados que causem parada total da solução deverão ser solucionados em até 2 (dois) dias úteis, contadas a partir do registro do chamado para a solução do problema.

III - Parada total é aquela que compromete de imediato o funcionamento da solução ou de algum processo elementar essencial da solução.

IV - Os demais problemas deverão ser solucionados em até 5 (cinco) dias úteis, contadas a partir do registro do chamado para a solução do problema.

V - O descumprimento dos prazos de atendimento de serviços de garantia enseja aplicação das sanções contratuais.



* Papel, ** Artefato, *** Cerimônia

Exemplo do modelo ágil Scrum

Fonte: <http://www.fabricadegames.net/wp-content/uploads/2016/03/scrum_ciclo.png>

Acessado em: 05 mai 2017

17.10 - DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS:

17.10.1 - Para os desenvolvimentos e as manutenções por demanda, somente será emitido o Termo de Recebimento Definitivo após a implantação em ambiente de produção das funcionalidades solicitadas na Ordem de Serviço, o recebimento de todos os artefatos acordados, homologação por parte da área de negócio, execução do plano de teste e aferição da contagem de pontos de função.

17.10.2 - Para os testes de software, somente será emitido o Termo de Recebimento Definitivo após o recebimento de todos os artefatos solicitados na Ordem de Serviço, bem como a aferição da contagem de pontos de função, a homologação por parte da área de negócio e/ou área de tecnologia da informação e comunicação.

17.10.3 - Com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, o recebimento dos serviços será realizado:

I - **Provisoriamente**, no ato da entrega pela Fábrica de Software ou Fábrica de Teste para homologação do usuário final, para posterior verificação da conformidade das solicitações com as especificações constantes na OS;

II - **Definitivamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias úteis, para os desenvolvimentos e as manutenções por demanda (Fábrica de Software) e teste (Fábrica de Teste), após a implantação em ambiente de produção das funcionalidades solicitadas na Ordem de Serviço, o recebimento de todos os artefatos acordados, homologação por parte da área de negócio e aferição da contagem de pontos de função.

17.10.4 - Os serviços que forem entregues em desacordo com o especificado deverão ser substituídos pela CONTRATADA em até **03 (três) dias úteis** e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

17.10.5 - Caso após o recebimento provisório constatar-se que os serviços possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.

17.10.6 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a é co-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

17.11 - DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E DA ADEQUAÇÃO:

17.11.1 - A avaliação da qualidade dos pacotes entregues será realizada a cada entrega prevista na demanda, podendo motivar a recusa de artefatos. A motivação da recusa do artefato será formalizada pela CONTRATANTE.

17.11.2 - Para o aceite definitivo de uma demanda, a CONTRATANTE verificará o atendimento dos seguintes requisitos:

I - Pleno atendimento às especificações funcionais e técnicas;

II - Adequação às necessidades do usuário;

III - Total integração com os sistemas já existentes, no que couber;

IV - Base de dados totalmente convertida para o novo sistema, caso houver necessidade de migração de dados;

V - Elaboração dos artefatos de software em nível desejável pelo usuário e requerido pela aplicação;

VI - Confiabilidade da execução do código;

VII - Software livre de erros nos testes realizados pela empresa licitante vencedora do item 5 do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG e seus anexos (10417819);

VIII - Homologação realizada com sucesso pelos usuários do sistema;

IX - Documentação completa e elaborada em português do Brasil;

X - Manual do Sistema (Administrador), quando solicitado;

XI - Ajuda do Sistema (*help on-line*) entregue e atualizado, quando solicitado.

17.11.3 - Os produtos somente serão considerados aceitos caso todos os requisitos avaliados sejam recebidos e homologados pela área de TI da CONTRATANTE e pelo usuário e estejam em plena concordância com os preceitos metodológicos vigentes na CONTRATANTE e os critérios de qualidade presentes na demanda.

17.11.4 - No caso de não conformidade do produto, a CONTRATADA deverá promover as correções necessárias nos prazos previamente acordados.

17.11.5 - Qualquer serviço realizado, mas não aceito ou não homologado deverá ser refeito sem custo adicional para a CONTRATANTE.

17.12 - MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO:

17.12.1 - Comunicação SEPLAG/CONTRATADA

I - Emissor: SEPLAG/GDF

II - Destinatário: CONTRATADA

III - Forma de Comunicação: telefone, e-mail, ofício, correspondência oficial, fax ou qualquer outra forma acordada.

IV - Periodicidade: sempre disponível em horário comercial.

17.13 - Farão parte integrante deste Contrato o Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819) e seus anexos, e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

17.14 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

17.14.1 - A CONTRATANTE far-se-á representar, quando da execução do contrato, por 01 (um) ou mais servidores públicos designados para este fim, nomeado como EXECUTOR ou COMISSÃO EXECUTORA, auxiliados pelos gestores de negócio e os respectivos fiscais técnicos, requisitantes e/ou administrativo;

17.14.2 - A CONTRATANTE também poderá se representar acompanhada por Interlocutor da área demandante;

17.14.3 - O EXECUTOR ou a COMISSÃO EXECUTORA de contrato terá como atribuições:

I - Inteirar-se em detalhes de todas as cláusulas e condições do instrumento contratual e seus ANEXOS, consultando, se necessário, os órgãos técnicos da CONTRATANTE quanto aos aspectos relacionados ao objeto do contrato, de forma a que seja cumprida, pela CONTRATADA, todas as cláusulas contratuais;

II - Coordenar a fiscalização da execução física e financeira do Contrato;

III - Homologar os artefatos entregues, juntamente com um representante da Área Gestora e ainda o Interlocutor da Área Demandante;

IV - Atestar as faturas para o devido pagamento; e

V - Solicitar posicionamento do seu superior nas decisões e providências que ultrapassarem sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

17.14.4 - Gestor da Atividade terá como atribuições:

I - Homologar os artefatos e documentos, juntamente com o EXECUTOR ou COMISSÃO EXECUTORA de Contrato e ainda o Interlocutor da Área Demandante;

II - Solicitar posicionamento do seu superior nas decisões e providências que ultrapassarem sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;

III - Fazer análise técnica e emitir parecer das solicitações apresentadas pelo Interlocutor;

IV - Auxiliar o Interlocutor na definição, junto a CONTRATADA, das demandas, dos requisitos, das prioridades, das regras e dos demais processos referentes ao projeto;

V - Fazer análise técnica e emitir parecer das entregas feitas pela CONTRATADA;

17.14.5 - Interlocutor da Área demandante terá como atribuições:

I - Homologar os artefatos e documentos, juntamente com o EXECUTOR ou COMISSÃO EXECUTORA de Contrato e ainda o Gestor da Atividade;

II - Solicitar posicionamento do seu superior nas decisões e providências que ultrapassarem sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;

III - Coletar as solicitações da Área Demandante que representa;

IV - Fazer análise e filtrar as solicitações relevantes e apresentá-las ao Gestor e à CONTRATADA;

V - Acompanhar a evolução das solicitações e projetos aos quais representa;

VI - Auxiliar o Gestor na definição, junto a CONTRATADA, das demandas, dos requisitos, das prioridades, das regras e dos demais processos referentes ao projeto;

17.14.6 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por comissão designada, na forma dos arts 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e dos Decretos nº 32.598/2010 e nº 32.753/2011.

17.14.7 - Os membros da referida comissão deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.14.8 - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base no Acordo de Níveis de Serviço, conforme Item 39, do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819).

17.14.9 - O prestador do serviço poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.14.10 - O órgão CONTRATANTE deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

17.14.11 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

I - os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

III - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

IV - a satisfação do público usuário.

17.14.12 - O(s) fiscal(is) do contrato ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar ao gestor para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.14.13 - O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Instrumento Convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.14.14 - Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819), a CONTRATANTE reservar-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação de serviços.

17.15 - DOS INDICADORES DE NÍVEIS DE SERVIÇO:

17.15.1 - Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos pela CONTRATANTE com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados.

I - Nos Indicadores de Níveis de Serviço estão definidos: a maneira pela qual estes fatores serão avaliados; o nível mínimo aceitável; e os descontos a serem aplicados na ordem de serviço, quando o serviço prestado não alcançar o nível mínimo esperado.

II - Os Indicadores de Níveis de Serviço na execução dos serviços a serem prestados deverão atender o que está estipulado previamente no ANEXO XIII – INDICADORES DE NÍVEIS DE SERVIÇO do Termo de Referência (10417819).

III - Os fatores de glosas constantes neste item são cumulativas e não excluem a aplicação de outras penalidades contratuais de acordo com a legislação vigente.

IV - Caso a CONTRATADA seja reincidente e já tenha sido penalizada com comunicados, advertências ou glosas por 3 (três) meses consecutivos, ocorrerá a glosa adicional de 1% (um por cento) sobre a ordem de serviço, cumulativamente aos descontos previstos nas tabelas do ANEXO XIII – INDICADORES DE NÍVEIS DE SERVIÇO do Termo de Referência (10417819).

17.16 - TRANSIÇÃO CONTRATUAL:

17.16.1 - Ações para encerramento contratual:

I - Ao final do contrato, visando o princípio da continuidade do serviço público, todos os produtos necessários à continuidade do serviço (softwares, licenças de uso perpétuas, códigos-fontes, manuais ou demais itens relacionados ao funcionamento das soluções desenvolvidas e/ou mantidas) serão de propriedade da SEPLAG.

II - Quando o produto for proprietário e se fizer impossível (de forma comprovada) a disponibilização de licença perpétua, a CONTRATADA deverá disponibilizar as licenças de uso pelo período de, no mínimo, 12 (doze) meses após o término do contrato.

III - A CONTRATADA deverá apresentar num prazo máximo de 90 (noventa) dias antecedente ao término de seu contrato, um plano para transferência de conhecimentos para que a CONTRATANTE tenha condições de manter os serviços. O cronograma a ser entregue deve prever a transferência de conhecimento para equipe designada pela CONTRATANTE pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias antecedente ao término do contrato.

IV - Na fase de transição contratual, a CONTRATADA deverá ainda apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias antecedente ao encerramento do contrato, toda a documentação – nas versões finais – referente à execução dos serviços conforme previsão contratual.

V - Cabe à CONTRATADA a observância aos prazos acima mencionados, mesmo sem comunicação prévia da CONTRATANTE.

VI - A CONTRATADA se obriga ao atendimento completo de todas as Ordens de Serviço abertas antes do término do contrato, salvo quando previamente acordada sua interrupção com a CONTRATANTE.

VII - Ao final do contrato a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão assinar o Termo de Encerramento do Contrato (conforme ANEXO XII do Termo de Referência – TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO - do Termo de Referência (10417819), evidenciando que todas as atividades foram cumpridas e todos os pagamentos foram realizados.

VIII - A devolução de recursos – a CONTRATADA deverá devolver todos os insumos que foram disponibilizados pelo CONTRATANTE para execução de suas atividades.

IX - Revogação de perfis de acesso – todos os acessos do pessoal da CONTRATADA serão revogados, bem como a eliminação de caixas postais e credenciais de acesso.

17.16.2 - Estratégia de continuidade contratual:

I - A CONTRATADA deverá executar atividades de operação assistida para a correta operacionalização dos processos e transferência de conhecimento para a equipe da CONTRATANTE. Trata-se de uma ação preventiva que permite a continuidade dos serviços pela CONTRATANTE em caso de eventual interrupção contratual.

II - Ao final do contrato, toda a produção intelectual produzida durante as atividades da CONTRATADA serão de propriedade da CONTRATANTE e deverão ser transferidas, instaladas e configuradas no ambiente tecnológico dela, ou por ela indicada.

III - Entenda-se como produção intelectual – conforme mencionado anteriormente – toda e qualquer documentação, estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas e códigos-fonte oriundos de manutenções evolutivas.

IV - A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos que serão apresentados.

17.17 - O Distrito Federal, por meio de Ordem de Serviço, designará um Executor/Comissão para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

17.18 - Execução, acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato serão exercidos por meio de servidores/comissão executora, designados pela Contratante, aos quais compete, em síntese: acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento e a prestação dos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o artigo 67, da Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações.

17.19 - A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por executor interno do ajuste, especialmente designado pelo Órgão Requisitante, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.

17.20 - Se a CONTRATADA deixar de entregar o serviço dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital;

17.21 - A Contratante poderá a seu exclusivo critério, por conveniência administrativa, dispensar o recebimento provisório dos serviços e produtos, nos termos do artigo 74, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

17.22 - É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Contrato;

17.23 - Não obstante a CONTRATADA seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para SRP nº 017/2018 – SCG/SEPLAG (10417819), a CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

17.23.1 - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária.

17.23.2 - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços.

17.23.3 - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher

18.1 - Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

18.2 - É vedado qualquer tipo de discriminação contra a mulher, nos termos do Decreto Distrital nº 38.365, de 26 de julho de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– Da proibição de utilização de mão de obra infantil

É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil na prestação dos serviços objeto deste Contrato, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente CONTRATO.

Pelo **DISTRITO FEDERAL**:

RENATO JORGE BROWN RIBEIRO
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela **CONTRATADA**:

MANOEL ABRANTES NETO
Sócio Administrador



Documento assinado eletronicamente por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO - Matr.0272267-4**, **Secretário(a) de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 10/08/2018, às 14:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Abrantes Neto, Usuário Externo**, em 13/08/2018, às 16:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **11211745** código CRC= **4DA0DB0D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 500 - CEP 70075900 - DF